



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 142 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 10 de outubro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 759/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores FREURISMAR ALVES DE SOUSA e JOÃO DA SILVA MACEDO para atuarem como peritos no Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.23.0096, que apura o aumento abusivo do fornecimento de água e tratamento de esgoto em Palmas, visando analisar e emitir parecer técnico acerca de documentação encaminhada pela ATR- Agência Tocantinense de Regulação, bem como demais documentos existentes nos Autos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 760/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto	Contrato	Objeto do Contrato
Alayla Milhomem Costa Ramos Matrícula nº 109110	João Lino Cavalcante Neto Matrícula nº 121413	008/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CLIPAGEM DIÁRIA DE MÍDIA IMPRESSA, TELEVISIVA, RADIOFÔNICA E ELETRÔNICA/DIGITAL, destinado ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, que deverá ser prestado de maneira contínua e ininterrupta, de modo a atender as necessidades da Instituição, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência, do Edital do Pregão Presencial nº 002/2016, Processo administrativo nº 2015/0701/000284, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016,

de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 761/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e considerando o disposto na Resolução nº 009/2014/CPJ;

RESOLVE:

Art. 1º ADITAR à Portaria nº 679/2016, 31 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, Edição nº 120, no dia 02/09/2016, que fixou o quantitativo de vagas e locais de lotação de estagiários do Programa de Estágios para Estudantes no Ministério Público do Estado do Tocantins, as seguintes vagas:

UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LOCALIDADE	QTDE	CURSO
Promotorias de Justiça de Guaraí	Guaraí	1	Direito
Promotorias de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	1	Direito

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 762/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI para atuar nas Sessões Plenárias do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas - TO, no dia 1º de novembro de 2016, Autos nº 5021969-66.2013.827.2729 e no dia 03 de novembro de 2016, Autos nº 5031521-89.2012.827.2729.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 763/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça THAÍS CAIRO SOUZA LOPES, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, para atuar conjunta e cumulativamente com a Promotora de Justiça de Arapoema, JULIANA DA HORA ALMEIDA, no período de 10/10/2016 a 14/10/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 764/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ALZEMIRO WILSON PERES FREITAS para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas - TO, no dia 13 de outubro de 2016, Autos nº 5007369-40.2013.827.2729.

Art. 2º REVOGAR a Portaria nº 719/2016, na parte que designou o Promotor de Justiça BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas - TO, no dia 13 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 765/2016

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELEECER lotação provisória ao servidor IGOR PABLO PEREIRA SAMPAIO, Auxiliar Ministerial Especializado – Auxiliar Administrativo, matrícula nº 90108, na 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins, no período de 10 de outubro de 2016 a 10 de abril de 2017 (6 meses).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 767/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Kamila Laranjeira Sodré,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Técnico Ministerial, matrícula nº 113412, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, nos dias 6 a 11 de outubro de 2016, durante as férias da titular do cargo Natália Azevedo Barbosa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00402

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de purificadores de água natural e gelada.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 450/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 162/2016, às fls. 67/70, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e Parecer Técnico nº 090/2016, às fls. 71/73, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de purificadores de água natural e gelada, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, demais Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 06 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JÚNIOR

DESPACHO Nº 451/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JÚNIOR, para alterar para época oportuna a data de folga prevista para usufruto no dia 07/10/2016, concedida nos termos do Despacho nº 415/2016, em compensação aos dias 12 e 13/09/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de outubro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Promoção por Merecimento do Promotor de Justiça de Araguacema CALEB DE MELO FILHO, ao cargo de Promotor de Justiça de Araguaçu (ATO Nº 077/2016), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 10 de

outubro de 2016, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

CALEB DE MELO FILHO
Promotor de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Promoção por Antiguidade do Promotor de Justiça de Natividade DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA, ao cargo de 1º Promotor de Justiça de Colinas do Tocantins (ATO Nº 075/2016), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 10 de outubro de 2016, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA
Promotor de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Remoção por Merecimento da Promotora de Justiça de Figueirópolis RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI, ao cargo de Promotora de Justiça de Novo Acordo (ATO Nº 079/2016), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 10 de outubro de 2016, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Promoção por Antiguidade do Promotor de Justiça Substituto RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO, ao cargo de Promotor de Justiça de Almas (ATO Nº 078/2016), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 10 de outubro de 2016, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO
Promotor de Justiça

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 048/2015

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FROTADAPGJ, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2015.0701.000087, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2015.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218 em Palmas/TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, nomeado pelo Ato nº 1.608-NM de 20 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial nº 4.238 de 20 de outubro de 2014, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa BELCAR VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.918.639/0001-86, com sede na Rua Recife nº 305, bairro Alto da Glória Goiânia - Goiás, neste ato representada pelo Sr. Waldir Antonio Elias Costa, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de identidade RG 189.939 2ª Via - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.157.721-68, residente e domiciliado em Goiânia-GO, e, daqui por diante, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 7.892/2013, do ATO PGJ nº 014/2013 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, subscrevendo deste, têm entre si certo e ajustado a celebração do presente aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O subitem 5.2, em razão do reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 01, 02 e 04, passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QT	UN	VALOR REGISTRADO	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	<p>Categoria: Hatch WOLKSWAGEN / GOL TRENDLINE 1.6 4P</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ano e Modelo 2015 ou superior; • Cor: Preta; • 04 (Quatro) Portas; • Vidros e travas elétricas 04 portas; • Direção Hidráulica/Elétrica; • Ar Condicionado; • Protetor de cárter; • Airbag duplo; • Motorização com potência mínima de 101 cv; • Câmbio manual com cinco velocidades para frente e uma para trás; • Freios ABS; • Bi - Combustível; • Demais itens de acordo com as exigências estabelecidas pelo CONTRAN. 	10	UN	R\$ 44.661,15	R\$ 446.611,50
2	<p>Categoria: Hatch WOLKSWAGEN / GOL CONFORTLINE 1.6 4P</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ano e Modelo 2015 ou superior; • Cor: Branca; • 04 (Quatro) Portas; • Vidros elétricos na dianteira e travas elétricas 04 portas; • Direção Hidráulica/Elétrica; • Ar Condicionado; • Protetor de cárter; • Airbag duplo; • Motorização com potência mínima de 101 cv; • Câmbio Automático ou Automatizado; • Freios ABS; • Bi - Combustível; • Demais itens de acordo com as exigências estabelecidas pelo CONTRAN. 	04	UN	R\$ 49.498,24	R\$ 197.992,96
4	<p>Categoria: Sedan; WOLKSWAGEN / VOYAGE TRENDLINE 1.6 4P</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ano e Modelo 2015 ou superior; • Cor: Preta; • 04 (Quatro) Portas; • Ar Condicionado; • Direção Hidráulica/Elétrica; • Vidros e Travas Elétricas 04 portas; • Motorização com potência mínima de 101 cv; • Câmbio manual com cinco velocidades para frente e uma para trás; • Freios ABS; • Airbag duplo; • Bi - Combustível; • Porta malas com mínimo 420 litros; • Protetor de cárter; • Demais itens de acordo com as exigências estabelecidas pelo CONTRAN. 	07	UN	R\$ 47.064,26	R\$ 329.449,82
VALOR TOTAL GERAL					R\$ 974.054,28

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015 permanecem inalteradas.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, para todos

os legais e jurídicos efeitos.

Palmas - TO, 28 de Setembro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Clenan Renaut de Melo Pereira
Procurador-Geral de Justiça
ÓRGÃO GERENCIADOR

BELCAR VEÍCULOS LTDA
Waldir Antonio Elias Costa
FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F. nº

DIRETORIA-GERAL**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO**

CONTRATO Nº.: 046/2015
Processo nº.: 2015/0701/00254
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADA: Elevadores Atlas Schindler S.A.
OBJETO: Prorrogação de vigência do Contrato 046/2015.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato 046/2015, com término previsto para 17.09.2016, por mais 12 (doze) meses, a partir de 18.09.2016.
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39
ASSINATURA: 06/09/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Gilson Brito Cardoso.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 084/2016
Processo nº.: 2016/0701/00335
CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
CONTRATADA: SMARTWAVE NETWORKS DO BRASIL LTDA
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PONTO DE ACESSO DE REDE SEM FIO, para atendimento das demandas existentes na Sede das Promotorias de Araguaína/TO, conforme discriminação prevista no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 025/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00335, parte integrante do presente instrumento.
VALOR TOTAL: R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais)
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52
ASSINATURA: 13/09/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira
Contratada: Roberto Sérgio Biássio Filho

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 085/2016
Processo nº.: 2016/0701/00246
CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
CONTRATADA: DISMAQ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO EIRELI - ME
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT,

incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, com o fim de atender as necessidades das Promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado do Tocantins e da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista nos itens 01 e 03, da Ata de Registro de Preços nº 041/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial Nº 020/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00246, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 27.645,00 (vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 e 4.4.90.52

ASSINATURA: 23/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Franciezio Melo de Araújo.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 086/2016

Processo nº.: 2016/0701/00275

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: A.B TELEINFORMÁTICA COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOTORES PARA PORTÃO DESLIZANTE E DEMAIS PEÇAS INTEGRANTES DE MOTOR DE PORTÃO, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no item 18,19, 21, 23 e 24 da Ata de Registro de Preços nº 047/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 024/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00275, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 6.860,00 (seis mil, oitocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 23/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Adeliene Ramos dos Santos

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 087/2016

Processo nº.: 2016/0701/00397

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: O & M MULTIVISÃO COMERCIAL EIRELI – EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO, FOTO, UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA COPA/ COZINHA, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e para as demais Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, conforme discriminação prevista no item 07, 13 e 08 da Ata de Registro de Preços nº 050/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00168, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 12.455,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 23/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Márcio Magalhães

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 089/2016

Processo nº.: 2016/0701/00395

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: J. G. EMPREENDIMENTO COMERCIAL EIRELI-ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FRIGOBAR DE 120 LITROS, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e para as demais Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, conforme discriminação prevista no item 05 da Ata de Registro de Preços nº 048/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00168, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 23/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Paulo Edgar Tavares

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 090/2016

Processo nº.: 2015/0701/000246

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: MULTIPLA PAPELARIA LTDA-ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista nos itens 1, e 3, da Ata de Registro de Preços nº 045/15, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 025/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.000246, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$2.821,60 (dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/12/2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 23/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Reginaldo Pereira Dias Junior

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 091/2016

Processo nº.: 2016.0701.00339

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: ASM TECNOLOGIA EIRELI.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de licenças de uso de software AUTOCAD e WINDOWS, destinadas a uso na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo I – do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00339, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela

execução do objeto o valor total de R\$ 4.344,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e quatro Reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 29/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira
Contratada: Fernando André Silva Maciel

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 092/2016

Processo nº.: 2016.0701.00339

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: ABRA INFORMÁTICA LTDA EPP.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de licenças de uso de software AUTOCAD e WINDOWS, destinadas a uso na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo I – do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00339, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 2.360,00 (dois mil, trezentos e sessenta Reais)

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 29/09/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira
Contratada: Cátia Mirian Mendes Bastos

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 14/2016/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 14/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: supostas irregularidades na fila de espera para cirurgia de retirada de cistos

INVESTIGADO(S): Secretaria de Estado da Saúde - Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 04 de outubro de 2016.

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA ao senhor Filemon de Sousa Rodrigues do Arquivamento Inquérito Civil Público

nº 2016/12482, instaurado com o objetivo de averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelos imputados, decorrente do desvio de função de servidores lotados na Superintendência de Administração Tributária, os quais estariam realizando o lançamento de tributos sem atribuição, no sistema integrado de gestão na Prefeitura de Palmas, cuja atribuição são dos agentes do tesouro municipal, na forma da Lei Municipal nº 1688/2009. Da análise dos autos resta-se demonstrado a ausência de desvio ou acúmulo de função do cargo de assistente administrativo, razão pela qual, por ausência de justa causa foi promovido o arquivamento do Inquérito Civil. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 07 de outubro de 2016.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIANÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 008/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, bem como na Lei 9.605/98.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 127/2016

FATO EM APURAÇÃO: apuração do possível dano ambiental pela construção de barragem no córrego 'capim de boi', pelo depósito irregular de detritos, bem como por desmatamento de vegetação nativa, praticados pela empresa Rialma Fertilizantes Indústria e Comércio, na Fazenda Engenho, Município de Taipas do Tocantins.

INVESTIGADO: Rialma Fertilizantes Indústria e Comércio

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis – TO, 23 de setembro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 009/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Lei 8.429/92. ORIGEM: Autos 0001128-72.2016.827.2716

FATO EM APURAÇÃO: apuração do suposto pagamento irregular de diárias à pessoa de Edmilson Pereira Costa pelo Município de Novo Jardim, ocasionando ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO: Edmilson Pereira Costa e Município de Novo Jardim – TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis – TO, 23 de setembro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à

Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 010/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, Lei 12.527/2011 e Lei Complementar 131/2009.

ORIGEM:

FATO EM APURAÇÃO: descumprimento, por parte do Município de Rio da Conceição-TO, das normas legais que versam sobre a manutenção e alimentação do portal da transparência, gerando lesão aos princípios da legalidade, moralidade e publicidade.

INVESTIGADO: Município de Rio da Conceição – TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis – TO, 23 de setembro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 011/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; na Lei de Improbidade Administrativa; no artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins.

ORIGEM:

FATO EM APURAÇÃO: suposta acumulação indevida (tríplice) de cargos públicos, ocasionando ato de improbidade administrativa pela pessoa de Robson Barros Dourado.

INVESTIGADO: Robson Barros Dourado

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis – TO, 03 de outubro de 2016.

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração, a partir dos autos da Notícia de Fato n.º 038/2016, do Inquérito Civil Público n.º 014/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 017/16

INVESTIGANTE: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4º, §§ 3º e 4º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

ORIGEM: De ofício

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 038/2016 – 8ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa cometido por Aurélia Ribeiro Nunes, no sentido de que a mesma seria servidora fantasma no âmbito da Secretaria de Ação Social do Município de Gurupi/TO e, ainda, eventual incompatibilidade de horários entre os cargos por ela ocupados, de assistente social no Município de Gurupi/TO e de técnico de enfermagem, no Estado do Tocantins.

REPRESENTANTE: denúncia anônima.

REPRESENTADO(S): Aurélia Ribeiro Nunes

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 03 de outubro de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 02/10/2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração, a partir dos autos da Notícia de Fato n.º 49/2016, do Inquérito Civil Público n.º 016/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 017/16

INVESTIGANTE: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4º, §§ 3º e 4º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

ORIGEM: De ofício

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 49/2016 – 8ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa cometido pelo servidor conhecido pelo prenome de Ivanhoé, atuante na área de informática, que vem recebendo salários sem a devida contraprestação laboral no âmbito do Núcleo do Procon de Gurupi/TO.

REPRESENTANTE: denúncia anônima.

REPRESENTADO(S): Ivanhoé de Tal e Núcleo do Procon de Gurupi/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 04 de outubro de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 03/10/2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 015/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 018/16

INVESTIGANTE: Roberto Freitas Garcia, 8º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 4º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 10, inciso VII da Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 029/2016 - 8PJG

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta ocorrência de nepotismo no âmbito do Poder Executivo do Município de Crixás do Tocantins-TO, em desconformidade com a Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

REPRESENTANTE: denúncia anônima.

REPRESENTADO(S): Município de Crixás do Tocantins/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 03/10/2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 02/10/2017

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: ICP 15/16

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei n.º 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei n.º 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual n.º

51/08.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Detectar os crimes ambientais nos 50.370 hectares da APA do lago de Palmas, situados no Luzimangues, município de Porto Nacional, responsabilizar os autores e viabilizar a reparação dos danos causados ao meio ambiente e a coletividade.

INTERESSADO(S): MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL e a

COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 02/09/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: ICP 16/16

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar, responsabilizar, fazer cessar a degradação e reparar os prejuízos a biota e aos seres humanos pela cessação do Córrego Moleque.

INTERESSADO(S): MONTE DO CARMO e a COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 13/09/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: ICP 17/16

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Compelir o Município de Porto Nacional a adequar-se ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, construindo e implantando o Plano Municipal de Contingenciamento, Proteção e Defesa Civil.

INTERESSADO(S): PORTO NACIONAL e a COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 15/09/2016.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA

Extrato da Portaria nº 001/2016

O Dr. ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III, VII e VIII da Constituição Federal de 1988, resolve INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL a partir das peças de informação contidas na NOTÍCIA DE FATO Nº 015/2016, com o desiderato de apurar denúncias da prática de atos de improbidade administrativa imputados a ERONIDES TEIXEIRA DE QUEIROZ, Prefeito Municipal, consistentes na falta de pagamento das contribuições previdenciárias junto ao Taguatinga-prev no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2016 no montante de R\$ 841.106,85 (oitocentos e quarenta e um mil cento e seis reais e oitenta e cinco centavos). Taguatinga, 02 de maio de 2016. Argemiro Ferreira dos Santos Neto, Promotor de Justiça.

Extrato da Portaria nº 002/2016

O Dr. ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III, VII e VIII da Constituição Federal de 1988, resolve INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL com subsídio nas peças de informação contidas na NOTÍCIA DE FATO Nº 003/2016, com o desiderato de apurar

denúncia formulada por MARIA JOSÉ DO CARMO MARMORI no sentido de que ao procurar o INSS para obter um extrato de tempo de contribuição foi informado que consta contribuição em seu nome como se tivesse trabalhado entre maio de 2012 a dezembro de 2012 na Câmara de Vereadores de Taguatinga com uma remuneração de R\$ 2.819,38. A conduta relatada, em tese, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, prevista na Lei n. 8.429/1992. Taguatinga, 06 de setembro de 2016. Argemiro Ferreira dos Santos Neto, Promotor de Justiça.

Extrato da Portaria nº 003/2016

O Dr. ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III, VII e VIII da Constituição Federal de 1988, resolve INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL com subsídio nas peças de informação contidas na NOTÍCIA DE FATO Nº 019/2016, com o desiderato de apurar irregularidades na prestação do transporte escolar no Município de Taguatinga-TO. Segundo relatado por diversos pais que procuraram a Promotoria de Justiça de Taguatinga apresentam problemas as linhas de Transporte Escolar que atendem os povoados e comunidades; Fazenda Barreiro Raso; Aratins; Bebida; Baixa Azul; São Luiz; Buritinho; Volta Grande; Esperança; Capão; Cedro; Olho D'Água; São Miguel; Esperança; Lagoinha; entre outros. Após solicitar por diversas vezes providências, inclusive encaminhar a recomendação a Secretária de Educação e Secretário de Transporte verifica-se que os problemas continuam. A conduta relatada, em tese, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, prevista na Lei n. 8.429/1992. Taguatinga, 12 de setembro de 2016. Argemiro Ferreira dos Santos Neto, Promotor de Justiça.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 001/2012

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, nos termos da Resolução 23/2007 e da Resolução 003/2008 - CNMP;

ORIGEM: representação formulada pela Delegacia da Receita Federal de Palmas/TO

FATO EM APURAÇÃO: dano ao erário na contratação irregular da empresa BERNADO VIDAL CONSULTORIA LTDA pela prefeitura municipal de Arapoema, bem como ilegalidades verificadas no recolhimento de contribuições previdenciárias.

INVESTIGADO: Poder Público Municipal e outros

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema, 03 de outubro de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.º: 02/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Novo Acordo/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preliminar nº 002/2016

FATOS EM APURAÇÃO: apurar irregularidades nos serviços de atuação básica à saúde, no município de Lagoa do Tocantins/TO

INVESTIGADO: Município de Lagoa do Tocantins/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo, 20 de setembro de 2016